

OS PRIMEIROS CONTACTOS ENTRE PORTUGUESES E CHINESES

LUIS GONZAGA GOMES, DO INSTITUTO LUÍS DE CAMÕES, DE MACAU

Em consequência da expulsão dos mongóis do Império do Meio, es-corraçados pelos rebeldes chineses chefiados pelo patriótico bonzo budista Tchü-Ûn-Tchèong (1), o fundador da preclara dinastia Meng, o conhecimento que no Ocidente existia da China esfumou-se por entre as brumas que envolveram os dois derradeiros séculos da Idade Média, pois o caos em que tôda a Ásia se viu envolvida com o subsequente desmembramento do império mongol, impossibilitou, totalmente, qualquer contacto por terra, entre o Ocidente e o Oriente.

Pelo mar, tornou-se igualmente impossível a realização de qualquer tráfego comercial, entre os países da Europa e da Ásia, em virtude da hegemonia que os mouros conseguiram estabelecer nos mares do Índico, pois, êstes, com o surto do nôvo império muçulmano na cena asiática, tinham conseguido estender o seu domínio até aos extremos limites da Ásia, destruindo, em 1478, o reino hindu de Madjupahit e, em 1530, o de Padjadjaran, na longínqua ilha de Java.

É certo que a história salvou do obliúvio os nomes do veneziano Nicolás de Conti, do genovês Hierônimo de Santo Stéfano e do viajante e mercador russo Atanásio Nikitin, como sendo os únicos europeus que se encontravam a viajar ainda nos mares asiáticos, no Século XV (2), porém, nada de positivo se conseguiu apurar dos feitos dos dois primeiros viajantes, ignorando-se, portanto, a contribuição que teriam prestado para melhor conhecimento geográfico das regiões meridionais da Ásia. Quanto a Atanásio Nikitin, existem dois manuscritos por êle deixados sôbre as suas viagens às côrtes de soberanos do Médio-Oriente, como enviado de Ivan III de Moscou. Um dos manuscritos encontra-se arrecadado na biblioteca da catedral de Santa Sofia de Novgorod e o outro, conserva-o a biblioteca do mosteiro Troitsa de Moscou. As descrições sôbre usos, costumes e tudo quanto observara nos países que visitara, principalmente, da Índia, foram parcialmente traduzidas, por R. H. Major, podendo ser lidas no *India in Fifteenth Century*, uma publicação da Hackluyt, 1858.

(1) Tchü-Ûn-Tchèong (Chu-Iün-Chang), que adotou o título dinástico de T'ai-Tsu) mas mais conhecido pelo título Hông-Mou (Hong-Wu) que adotara para o seu reinado (1368-1399).

(2) *Histoire Général de la Chine*, par Henri Cordier, vol. III, Paris, 1920, pg. 94.

Entretanto, a Europa convulsionada por lutas intestinas, debatendo-se no meio das estérteis pugnas do Grande Cisma e da terrível rebelião dos hussitas, preocupada com a fundação de novas nacionalidades e com a consolidação de outras, e mal conseguindo defender a civilização cristã contra a crescente e temerosa ameaça muçulmana, em breve, olvidou, completamente, a existência do longínquo Catai.

Uma centelha inspiradora caiu, entretanto, num país situado no extremo sudoeste da Europa, reavivando a mortífera chama sagrada, que ameaçava extinguir-se no mundo cristão.

O inclito infante D. Henrique, após a tomada de Ceuta, onde de tal forma se distinguira que fôra instado várias vezes pelo Papa Martinho V, pelo imperador Sigismundo da Alemanha, pelo rei de Castela João II e pelo rei de Inglaterra, Henrique V⁽³⁾, para comandar os seus respectivos exércitos, fundou, numa hora de épica exaltação e de ousadas iniciativas, na desolada ponta de Sagres, batida por ventos africanos, a sua Escola de Navegação, nela congregando os espíritos mais esclarecidos da época, os mais eminentes cartógrafos e os mais experimentados mareantes, para lançar, em metódica exploração, as suas frágeis naus que, rompendo, afoitamente, a ignota imensidade do tenebroso mar, destruíram as sandias credices e fabulosas lendas que o envolviam, e devassando os seus misteriosos segredos, possibilitaram a realização de epopeicos cometimentos, efetuados no período mais resplendente da nossa história nacional, gesta fulgurante que viria a ser imortalizada em arrebatantes e sonoras estrofes, por Luís de Camões — o poeta máximo da lusitanidade.

Certo é, no entanto, que a originalidade de encontrar a Índia, por meio de périplo da África, não pertence ao Inclito Infante. Dedicado a estudos e investigações, D. Henrique devia, possivelmente, estar informado de que os irmãos Ugulino e Guido Vivaldi, navegadores genoveses do Século XIII, já tinham tentado romper através do Atlântico até a Índia, nas suas galés Santo António e Alegranza, pois que Gênova, com a queda de S. João de Acre, último reduto cristão na Palestina, às mãos dos maometanos, viu ameaçado o seu comércio com os mercados do Oriente e necessitava, a todo o transe, encontrar uma nova rota para os centros fornecedores de produtos asiáticos, a fim de evitar o total descabro da sua economia. Foi com este objetivo que os irmãos Vivaldi desceram, em 1291, a costa ocidental africana, talvez até as alturas do Cabo Jobi, pois deixaram vagos indícios até a Guiné. A única notícia contemporânea desta aventureira viagem encontra-se na Crônica de Jacopo Dória, de 1294⁽⁴⁾. O seu desastroso desfecho não foi, porém, de molde a incentivar os seus contemporâneos a prosseguir na exploração do Atlântico.

As obras do célebre filósofo medieval, poeta e teólogo maiorquino, Raimundo Lúlio, o *Doctor Illuminatissimus*, também não deveriam ser

(3) *The Life of Prince Henry of Portugal, surnamed The Navigator and its results*, by Richard Henry Major, London, 1868, págs. 44/45.

(4) Ver a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.

desconhecidas do Infante D. Henrique, tanto que no *Leal Conselheiro* do seu irmão, D. Duarte, se verifica certa influência desse iluminado que morrera apedrejado na Argélia (5). Ora, na sua obra *De Fine*, publicada, em 1305, Lúlio aventara, também, a possibilidade de se encontrar a África.

Por seu lado, o infante D. Pedro, quando, nas suas andanças pelas terras da Europa, esteve em Veneza, na primavera de 1428, onde foi faustosamente recebido e mimoseado pelo doge com valiosos presentes entre os quais um precioso portulano de Marino Sanuto, notável cosmógrafo veneziano, que figurara o *Preste João India Tertia*, ou seja o Malabar indiano, de mitra, báculo e cruz grega (6). Marino Sanuto ou Sanudo, na memória *Liber Secretorum Fidelium Crucis Super Terrae Sanctae Recuperatione et Conservatione*, que enviara ao Papa João XXII, em 1321, e a todos os soberanos da Europa, sobre os motivos e a maneira de conquistar a Terra Santa, expusera, igualmente, a possibilidade de se alcançar a Índia, por meio de um caminho direto (7).

Ora, mercê da fortunada viagem de exploração de Bartolomeu Dias que, contornando o Cabo Tormentoso, lhe abria o caminho para o seu inaudito feito, Vasco da Gama demanda com tanta segurança a meta ambicionada — a Índia deslumbrante de maravilhosas riquezas e pletórica de cobiçadas especiarias — que chega a ficar-se com a impressão de estar previamente inteirado da configuração do litoral africano oriental e da precisa situação dos seus portos. Quis, assim, a Providência que coubesse ao futuro Conde da Vidigueira a glória imorredoura de desvendar a rota marítima, ligando, definitivamente, o Oriente com o Ocidente, descoberta de indiscutível transcendência, que veio desmentir cabalmente a errônea concepção ptolomaica negatória da existência de uma ligação entre o Atlântico e o Índico e provar de modo peremptório a veracidade da tese herodotiana, que defendia não ser o acesso à Índia exclusivo do Mar Vermelho.

Este insuperável triunfo de ousadia, perícia e ciência de navegar fez alterar, radicalmente, os destinos da grei lusitana, pois, com esta sensacional proeza, pôde ela assumir a missão suprema de efetuar o caldeamento de raças, de disseminar o conhecimento da Verdade por entre povos ignaros e incréus, constituir o maior Império que jamais existiu no Universo e exercer, por tempo dilatado, uma incontestável e indisputável talassocracia que, promanando das margens do Tejo, se estendeu até aos mais remotos confins do globo terráqueo.

Ao relatar na côrte manuelina os sucessos da sua afortunada viagem, quando regressara ao reino, em 1499, Vasco da Gama deveria ter aludido à existência dum país, onde, segundo o informaram na Índia, se poderiam facilmente adquirir, por preço irrisório, os tão apreciados objetos de por-

(5) Idem.

(6) Idem.

(7) *Grandes Viagens Portuguesas de Descobrimientos e Expansão*, por Freitas Ribeiro e Visconde de Lagoa, Lisboa, 1951, pág. 53 a 60.

celana que, nesse tempo, só os monarcas, os grandes senhores feudais e os abastados mercadores da Europa Central podiam possuir, tendo êle trazido consigo, para oferecer à rainha, algumas escassas peças que lograra encontrar em Calicute. Esse prospérrimo país, situado muito mais para lá do oriente da Índia, era conhecido por *terra dos chins* e as informações que conseguira colhêr da sua situação, govêrno, religião, população e modo de vida dos seus habitantes eram, todavia, muito vagas e imprecisas.

A *terra dos chins* mantinha, no entanto, desde tempos imemoriais, periódico intercâmbio com a Índia, pois, na destruição da ilha de Repelim, foi encontrado um padrão que levaram à presença do rei do Cochim, onde estava insculpida, em malabar, uma lista, datada de há 2800 anos, de todos os samorins, lendo-se ainda nêle os seguintes dizeres: "*avia quatrocentos e setenta que os chyns passarão à Índia, com mil juncos carregados de mercadorias, e estiverão pola Índia; morrerão; e se tornarão em corenta anos que nom ficára nenhum sômente geração*"⁽⁸⁾.

Na Europa, porém, já não existia a lembrança dessa misteriosa e intrigante *terra dos chins*, que outra não era senão a fabulosa Catai, tão entusiástica e exuberantemente descrita, pelo marchante veneziano Marco Polo, cuja narração era, porém, incrêdula e aceite por inverossímil. Mas o infante D. Pedro, o das Sete Partidas, quando voltou da sua externa viagem pelos países da Europa, trouxe, além do já mencionado portulano de Merino Sanuto, um exemplar do livro das viagens de Marco Polo e uma cópia do mapa que o afamado viajante veneziano fizera, no seu regresso de Catai, mapa êsse que certamente teria comcorrido para estimular as investigações geográficas do seu irmão, o Infante D. Henrique.

Entretanto, todo o país estava deslumbrado com as amostras das especiarias aromáticas, das ofuscantes pedras preciosas, dos maravilhosos brocados e de outros objetos do Oriente, trazidos por Vasco da Gama e seus companheiros. Não tardou muito que a paixão da cobiça se assenhoreasse de todos os corações, passando a constituir uma obcecação coletiva o anseio de tão preciosas mercadorias poderem ser carreadas para o reino em naus nacionais, em substituição das galeras venezianas, que eram então detentoras do exclusivo e tão lucrativo tráfico. Desde o rei até o mais ínfimo vilão só existia um pensamento que a todos preocupava e enervava, lançando-os num estado de incontida e febril excitação: refazer a façanha de Vasco da Gama tantas vêzes quantas fôsem necessárias, iniciando, desta forma, uma carreira comercial permanente com a Índia.

Então, em 8 de março de 1500, treze naus com 1200 homens de mar e guerra, sob o comando do capitão-mor Pedro Álvaro Cabral, desfraldaram as suas velas, sulcando, novamente, o Atlântico, rumo às fascinadoras terras do Oriente.

A nova empresa, que ia ser efetuada por tão esforçados nautas, não fôra, porém, incentivada pela idéia premeditada de conquistar terras e de subjugar povos a ferro e fogo, pois, ao objetivo do estabelecimento

(8) *Lendas da Índia*, de Gaspar Corrêa, Lisboa, 1853, tomo III — parte II, pg. 770.

das relações comerciais e de amizade com os povos exóticos, presidia um ideal muito mais elevado, visto que “o extraordinário das instruções que levavam era que, primeiramente, agisse a voz sacerdotal, pregando, e, se a persuasão branda não desse resultado, que se empregasse a espada” (9).

Depois de descobrir o Brasil, em 3 de maio dêsse ano de 1.500, Cabral dirige-se para a Índia, chegando, a 13 de setembro, a Calicute, onde é festivamente recebido pelo samorim e pela população, sendo-lhe outorgado o lugar conhecido por Chinacota, ou seja, a fortaleza dos chins (10). Feitoria que fôra dos chineses, quando comerciaram, outrora, neste pôrto. tendo, porém, de há muito, deixado de assinalar ali a sua presença.

Na viagem de regresso a Lisboa, durante a derrota de Cananor a Melinde, as naus de Cabral avistaram, ao amanhecer de um certo dia, uma grande nau mourisca que, por navegar muito próximo dos seus navios, não conseguiu escapar. O capitão da nau e outros mouros, receando ser abordados, pilhados e chacinados — pois esta era a lei vigente, nos mares, nesses tempos — trataram, pressurosa e servilmente, de tentar subornar a complacência e comiseração de Cabral com “presente de fermosas porcelanas, e cofres dourados cheos de peças de demascos e cetyns da China, e hum pão de beijoim, e huma panela de porcelona chea d’almisque em papos” (11), dizendo que a sua nau pertenciz ao sultão de Cambaia e vinha de Malaca, carregada daquelas mercadorias e especiarias. podendo os portugueses ficar com o que lhes apetessem desde que guardassem de fazer qualquer mal.

Como Cabral tivesse resolvido, judiciousa e sensatamente, deixar livre a nau e a sua tribulação sem em nada a molestar, dizendo que só fazia mal a gente ruim e rejeitasse, desprendidamente, qualquer coisa, inclusive os valiosos presentes que o pavor tinha levado os mouros a oferecer-lhe, solícita e servilmente, para o porem de ânimo benevolente para com êles, o capitão da nau islamita insistiu em não querer levar de volta os mimos que trouxera, pelo que Cabral, cioso da sua isenção e também porque talvez lhe conviesse aproveitar aquela ocasião para demonstrar aos mouros que os portugueses não agiam naquelas paragens como cruéis corsários, mas como honestos mercadores, mandou-lhe entregar, em paga, cem cruzados em ouro, que o mouro terminantemente recusou aceitar. Cabral viu-se, então, obrigado a ficar, estrangidamente, com os presentes e deu-lhe “muytos agradecimentos, e que sômente com aquilo folgava polo levar a Portugal a Elrey, que inda lá nunca aquellas cousas da China virão; com que o mouro muyto folgou de lho dar, e com muyto contentamento mandou a barca à nao, e lhe trouxerão hu moço e huma menina chinas brancos, muyto fermosos, vestidos em panos de seda, e os deu ao

(9) *Asia Portuguesa*, de Faria e Souza, ed. da Livraria Civilização, Pôrto, 1945, vol. I, pg. 129.

(10) *Lendas da Índia*, por Gaspar Corrêa, Lisboa, 1858, tomo I — parte I, cap. VII, pg. 186.

(11) *Idem*, pg. 226.

Capitão mór, que os leuasse para sua mulher, que lhe o capitão mór muyto agradeceo" (12).

Ignora-se se êstes dois jovens chinezitos, quiçá desapiedadamente rap-
tados pelos mouros ou por êles adquiridos em qualquer mercado oriental
de escravos, teriam ou não chegado a salvo ao reino. No caso de terem
sobrevivido seriam, então, os primeiros chineses a pisar as terras da Eu-
ropa ocidental.

D. Manuel, alvoroçado com as informações trazidas por Vasco da
Gama e Pedro Alvares Cabral e à vista dos tentadores produtos exóticos
que êstes trouxeram ao reino, ansiou por acrescentar mais uma glória aos
venturosos êxitos do seu brilhante reinado. Não tardou, assim, em or-
denar o apetrechamento de uma poderosa armada, composta de 17 na-
vios, que, dividida em duas capitâneas, saiu do pôrto de Lisboa, em abril
de 1501. As 13 unidades que formavam a primeira capitânea, do coman-
do do capitão-mor Jorge de Aguiar, surpreendidas por violentos tempo-
rais, perderam-se quase tôdas, nas alturas das ilhas de Tristão da Cunha.
As quatro unidades da segunda capitânea, do comando do capitão-mor
Diogo Lopes de Sequeira (13), puderam, contudo, alcançar as agrestes cos-
tas de Moçambique, donde, juntas com as que da primeira capitânea se
conseguiram salvar das violentas borrascas e às naus do ano transato, se-
guiram para a Índia, levando para ali nôvo estímulo para as depaupe-
radas fôrças lusitanas, que bem necessitadas andavam de reforços para
poderem resistir ao pertinaz inimigo (14).

Diogo Lopes de Sequeira era portador de instruções terminantes para
descobrir Malaca (15), então grande centro de permuta de produtos orien-
tais que se efetuava entre mercadores chineses e árabes, onde abundava
o "estoraquenique, e os Mouros lhe chamavão rocamalha, que he a mayor
mercadoria que tratão pera as partes de Malaca, que muyto val na
China" (16).

O regimento que D. Manuel lhe passou, em Almeirim, com a data de
13 de fevereiro de 1508, recomendava-lhe, explicitamente, que colhesse ali
as mais completas informações sôbre os chins, donde procediam, quão longe
ficava o seu país, em que ocasiões freqüentavam Malaca, em que lugares tra-
ficavam, que espécies de mercadorias traziam, quantos barcos vinham ao ano,
qual o feitio e o tipo dêsses barcos, se regressavam no mesmo ano, se tinham
feitorias ou casas em Malaca ou em qualquer outro país, se eram mer-

(12) Idem, pg. 226.

(13) Nasceu, em 1466, sendo filho de Lopo Vaz de Sequeira, alcaide-mor de Aland-
roal. Em 1516, depois de regressar de Malaca para onde fôra enviado, em 1508, com
quatro naus, comandou uma esquadra de 30 barcos, enviada em socorro de Arzila. Go-
vernou a Índia, de 1518 a 1522, vindo a falecer, em Portugal, em 1530, com 64 anos
de idade.

(14) *Asia Portuguesa*, por Faria e Sousa, Pôrto, 1945, vol. I, pg. 257.

(15) "A cidade de Malaca, que tinha mais riqueza que dez Venezas, e trato de
todas las riquezas do mundo." (*Lendas da Índia*, por Gaspar Correa, Lisboa, 1858,
tomo II, parte I, pg. 164.)

(16) *Lendas da Índia*, por Gaspar Correa Lisboa, 1858, tomo I, parte II, pg. 520.

cadores ricos, se fracos ou belicosos, se possuíam armas ou artilharia, que espécie de fatos usavam, se eram homens de grande porte, se tinham mais de um rei, se viviam mouros entre êles ou outros povos e crenças diferentes, se não sendo cristãos o que acreditavam e adoravam, quais os costumes que observavam, até que ponto estendia o seu país e com que povos confinavam (17).

Chegado a Cochim, Diogo Lopes de Sequeira foi bem recebido pelo vice-rei D. Francisco de Almeida que, para êle poder realizar o intento de descobrir Malaca, lhe pôs à disposição mais uma nave, sob o comando do capitão Garcia de Sousa, com 60 homens de armas, entre os quais Francisco Serrão e Fernão de Magalhães.

Tendo entrado em Malaca, em 11 de setembro de 1509, Diogo Lopes de Sequeira, depois de ter colocado um padrão em Pedir, importante pôrto e estado do norte de Samatra, e outro, em Pacém (18), movimentado pôrto, na extremidade nordeste dessa mesma ilha, igualmente conhecida por Pasé ou Pasai, não conseguiu, apesar de todo o seu empenho, cumprir as determinações de D. Manuel, no sentido de colhêr minuciosos informes sobre a China, não obstante ter lá encontrado três ou quatro juncos chineses, com quem manteve íntimo convívio (19), pois, por não ter querido dar ouvido aos sensatos avisos dos chins, procedera tão incautamente e com tanta boa fé que só com muita sorte conseguiu escapar às tredas ciladas do refalsado sultão de Malaca (20). Foi, então, por força de circunstâncias tão adversas, obrigado a abandonar, precipitadamente, êste pôrto com perda de 60 homens que, na sua maioria, foram feitos escravos e, entre êles, o feitor Rui de Araújo.

Na torna-viagem, Diogo Lopes de Sequeira pôde apresar dois juncos que seguiam para Malaca e, chegado ao Cabo Comorim, ordenou às naus de Jerônimo Teixeira e Garcia de Souza que seguissem para Cochim, pois êle preferia arrostar sozinho os perigos do regresso ao reino, a expor-se a qualquer desacato por parte de Afonso de Albuquerque, de quem receava que tivesse guardado rancor contra êle, por se ter pôsto do lado de D. Francisco de Almeida, nas acerbas desavenças que surgiram, em consequência da urgência que Afonso de Albuquerque tinha de assumir o seu cargo e de o segundo retardar em entregar-lho.

(17) *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas Portuguesas*, Lisboa, 1892, pgs. 194 e 195.

(18) "Principal cousa de camatra, mui importante ao trato de Malaca por amor da pimenta" (*História do Descobrimento & Conquista da Índia pelos portugueses*, por Fernão Lopes de Castanheda, Coimbra, 1928, pg. 131).

(19) "No mesmo dia que Diogo lopez de siqueira surgio no porto de Malaca ho vieram visitar hos capitães de quatro juncos da China, com hos quaes tomou tanta familiaridade, polos achar home's quasi do modo da gente da Europa, que foi muitas vezes ahos seus juncos folgar, comer com elles, ho mesmo faziam tambem hos Chins, nas nossas naos, ho que durou todo ho tempo que esteue naquelle porto..." (*Crônica do Felicissimo Rei D. Manuel*, composta por Damião de Góis, Coimbra, 1954, parte III, pg. 4).

(20) "Que se chamaua Mafamede" (*Crônica do Felicissimo Rei D. Manuel*, composta por Damião de Góis, Coimbra, 1954, parte III, pg. 5).

Diogo Lopes de Sequeira, o descobridor da ilha de S. Lourenço, partiu, então, de Travancor, em 27 de abril de 1510, tendo esta sua viagem de regresso sido tormentosa, a ponto de chegar quase perdido à ilha Terceira, mas, no ano de 1510, conseguiu, finalmente, aportar a Lisboa, sem contudo trazer as desejadas informações sobre os chins e o seu país, que D. Manuel tão ansiosamente esperava.

No ano seguinte, em 1 de julho de 1511, Afonso de Albuquerque, levando consigo, em 19 baixéis, 400 guerreiros dos quais 80 eram portugueses e os restantes malabares, foi a Malaca vingar o desaire sofrido por Diogo Lopes de Sequeira, tendo passado por Pedir e Pacém. Em Pedir encontrou João Viegas e mais uns poucos cristãos da Companhia de Rui de Araújo, os quais tinham logrado escapulir-se de Malaca.

Albuquerque, que estava inteirado da situação em Malaca, pela extensa carta que, em 6 de fevereiro, lhe escrevera Rui de Araújo e mais dezenove cativos (21), em vez de entrar pelo mesmo sítio por onde Diogo Lopes de Sequeira fora ter a Malaca, preferiu entrar pelo Canal dos Juncos, coalhado de barcos de diversas partes daquelas regiões do sudeste da Ásia, para surgir junto da Ilha das Naus, distante apenas um tiro de bombarda da cidade.

O surto inesperado da flotilha de Albuquerque causou inquietamente alvoroço, principalmente, entre os mouros que se encontravam nos seus barcos, pois receavam estes que Albuquerque os atacasse. Bem podia o grande capitão pulverizá-los, num abrir e fechar de olhos, mas soube conter-se, pois pretendia ainda congregar o rei de Malaca e obter a liberdade dos cativos portugueses, abandonados por Diogo Lopes de Sequeira. Para ganhar tempo, o rei de Malaca que deixara de ter em grande conceito a valentia dos portugueses, depois da cilada em que caíra Diogo Lopes de Sequeira, enquanto esperava a chegada de reforços, ia embainhando Afonso de Albuquerque com lérias e mentirolas, mandando dizer que não tinha tido ~~nenhum~~ conhecimento do que acontecera com Diogo Lopes de Sequeira, ~~porquanto nunca~~ teria consentido tão soez vileza, motivo por que mandara matar o Bendara (22), o instigador da cilada de que foram vítimas os portugueses, desejando também saber se Albuquerque “hia de paz, ou de guerra, porque pera paz erão escusadas tantas naos: e que ele estava muyto prestes a receber; & pera ter amizade cõ el rei de Portugal” (23).

Albuquerque fez que acreditava em tal desculpa e, insistindo na entrega dos cativos, disse que “nem hia senão para paz & pera guerra a quem

(21) *Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas Portuguesas*, Lisboa, 1892, pgs. 219 a 225.

(22) “Seu tio que hõ governaua, & era Regedor da çidade, a que chamam Be'dara” (*Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, composta por Damião de Góis, 1954, Coimbra, parte III, pg. 5).

(23) *História do Descobrimento & Conquista da Índia pelos Portugueses*, por Fernão Lopes de Castanheda, Coimbra, 1928, vol. II, pg. 132.

a quizesse" (24), acrescentando que as suas naus vinham ajoujadas de ricas mercadorias que valiam muito em Malaca, mas que não falaria de paz nem assentaria amizade nenhuma sem que fôsem primeiramente postos em liberdade os portugueses que se encontravam cativos e devolvida tôda a mercadoria que lhes fora represada. O rei de Malaca mandou responder, por seu intermediário, que a mercadoria roubada era insignificante em quantidade; quanto aos cativos, alguns morreram e outros converteram-se à fé muçulmana, estando espalhados em diversos pontos do país, sendo necessário tempo para os reunir, mas que nada deixaria de fazer para agradar a Albuquerque.

Mas, logo ao anoitecer, cinco (25) capitães chineses de cinco juncos chineses que nessa ocasião se encontravam surtos no pôrto de Malaca, conseguiram ser recebidos por Albuquerque. Estes cinco capitães chineses puseram Albuquerque ao fato de que o rei de Malaca, contrariamente ao que mandara dizer ao capitão português, estava bem preparado para a guerra e prestaram assim minuciosas informações sôbre o efetivo, armamento e dispositivo das fôrças de defesa de Malaca, revelando que, na cidade, se encontravam vinte mil homens, dez mil dos quais esforçados guerreiros muito bem equipados com laudéis, isto é, vestiduras, acolchoadas para impedir que as cutiladas ou golpes de espada chegassem ao corpo, lanças, espadas e escudos fornecidos pelos guzerates, além de vinte mil naturais em que entravam muitos javaneses, turcos, rumes, corações (26) e persas, sendo estes ótimos frecheiros e ainda vinte elefantes de guerra. Informaram ainda os capitães chineses a Albuquerque que assim que estes chegou com a sua flotilha, o rei de Malaca mandou deter todos os capitães estrangeiros que estavam em terra, juntamente com a sua gente, para o ajudarem a pelejar contra os portugueses, tendo eles conseguido evadir porque não estavam dispostos a auxiliar um tirano, que lhes tinha roubado a sua mercadoria e apresado dois dos seus juncos,

(24) Idem.

(25) Gaspar Correa, nas *Lendas da Índia*, tomo II, parte I, pg. 224, diz serem "seis capitães Chinas," Damião de Gois, na *Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Coimbra, 1954, parte III, pgs. 75 e 76, diz: "ho que vieram logo visitar cinco capitães de cinco juncos da China, dis quaes soube que el Rei tinha nouas de sua vinda hauer ja dias, & quomo ho soubera ajuntara muita gente, ha qual na cidade, e aho redor pelas aldeas & que segundo seu parecer elle estaua determinado de querer com elle antes guerra que paz, pera ho que mãdara embargar muitas das naos. & juncos dos que alli estauam, pera se delles seruir, offereçendosse a Afonso dalbuquerque se com elle teuesse guerra, por delle terem muitos agrauos, por caso dos grãdes roubos que lhes em suas mercadorias mandaua fazer, & tyrãnias que com elles usaua, ho que lhe elle muito agradeço, & deu credito aho que lhe dixeram, por que bem sabia ha amizade que outros capitães Chins teueram com Dioguo lopez de sequeira quando alli viera ter, & hos auisos que lhe dauam açerqua do q' lhe cumpriz, hos quaes capitães çeram aquella noite com Afonso dalbuquerque, & foram mui bem festejados aho modo de Flandres, & Alemanha, no que elles tem, & guardam hos costumes, quomo se fossem das mesmas prouinças."

(26) Os rumes eram filhos de cristãos, roubados em crianças aos seus pais, doutrinados no maometismo e adestrados na arte da guerra, combatendo como soldados turcos ou egípcios. Os corações eram os habitantes da região de Coraçã, a nordeste da Pérsia.

para os empregar na guerra que estava preparando. "Ho governador foi-gou muyto com estes capitães chins, e agradeceo-lhe muyto ho auiso que lhe derão, e prometeo-lhes de lhe restituir os seus jungos, quer el rey de Malaca quisesse paz quer guerra, e eles se lhe offercerão pera ho ajudar" (27).

Afonso de Albuquerque ia entretanto suportando as insolências do rei de Malaca, que, recorrendo a arditosos pretextos, protelava a entrega dos cativos portugueses, e não era sem dificuldade e paciência que sofrea os impetos dos seus jovens capitães, ansiosos por pelejar e vingar a traição que fóra feita a Diogo Lopes de Sequeira, porquanto o instrumento que recebera do seu rei "lhe mandava q' não fizesse guerra, se não depois q' de todo não podesse mais" (28). Sabia, no entanto, por informações, que o cativo Rui de Araújo lhe enviava através do seu amigo Ninchatu, importante negociante javanês de Malaca que muito o tinha auxiliado no seu cativeiro, que o rei de Malaca, além de não sentir nenhuma simpatia pelos portugueses, estava sendo incitado para fazer guerra aos portugueses pelos mouros de Cambaia que, para êste fim, ofereceram quarenta bombardas, e pelos mouros malaioes que, além de intensa propaganda contra os portugueses, peitaram grossamente o rei de Malaca para aniquilar completamente os portugueses, pelo que êste tinha mandado dizer ao seu Lasamane, o almirante do mar, que estava percorrendo a costa com uma grande frota, que caísse, súbitamente, sôbre os nossos navios, ao mesmo tempo que saíriam do pôrto de Malaca outros barcos para os atacar, não devendo assim escapar nenhum.

Albuquerque resolveu, então, efetuar uma manifestação de força e, temendo que Rui de Araújo e outros cativos viessem a sofrer com isso, escreveu-lhes que suportassem com resignação, se viessem a correr algum perigo. Rui de Araújo respondeu que tanto êle como os seus companheiros do cativeiro estavam prontos a morrer e que não adiasse mais o ataque, pois qualquer delonga só serviria para dar tempo ao rei de Malaca para mais se fortalecer. Mandou, então, Albuquerque intimar a entrega dos cativos e, como se passaram mais cinco dias sem receber resposta, Fernão Peres de Andrade com dez capitães receberam ordens para incendiarem algumas casas que estavam metidas no mar, bem como as três naus de Cambaia, para que os guzerates perdessem a esperança de levarem a sua carga e deixassem de trabalhar por estorvar a paz. Assim que as casas principiaram a arder, o rei de Malaca restituiu, imediatamente, Rui de Araújo e outros cativos à liberdade e pediu a Albuquerque que não lhe fizesse guerra, pois só queria a paz e que mandaria entregar a fazenda, logo que fôsse ordenado que não lhe queimasse a cidade. Rui de Araújo disse que tudo aquilo não passava de artimanha para dar tempo a que chegasse a frota de Lasamane, mas Albuquerque, querendo ainda respeitar à letra o regimento que lhe dera el-rei, mandou suspender o in-

(27) *História do Descobrimento & Conquista da Índia pelos Portugueses*, por Fernão Lopes de Castanheda, Coimbra, 1928, Vol. II, pág., 132.

(28) *Idem*, pg. 134, II parte, pg. 224 diz "seis capitães chinas."

cêndio das casas. "E nesta reuolta mandou ho governador tirar os dous jungos dos chins donde os immigo os tinham, & mādoulhos dar: & disse aos capitães que estauão liures pera fazere' o que quisessem, mas que lhes pedia muyto que se deixassem estar algũs dias pera vere' como pelajauão os nossos, & ho fim que auia dauer Malaca pera leuarem nouas a sua terra. o q' eles fizerão dizendo que erão vassalos del rey de Portugal, & que ôde lhe seurião sere' remidos por seus vassalos q' estauão prestes com sua gente que ja tinham cobrada pera ho seuirem se pelejasse, & que se a vitoria ficasse coele & os nossos tevessem assentos em Malaca, que cadanno virião a ela cem júgos carregados da China" (29).

Estando já libertos Rui de Araújo e outros portuguezes, Albuquerque mandou dizer ao rei de Malaca as suas condições para se assentar a paz, a principal das quais seria a concessão dum terreno para construir uma fortaleza, porquanto pelo que acontecera a Diogo Lopes de Sequeira não se arriscaria a deixar feitoria em Malaca, sem adequada proteção, devendo também ser indenizada em dinheiro tôda a mercadoria que fôra roubada. A tudo o rei de Malaca respondia que sim, mas como não cumprisse a sua promessa, antes pelo contrário iam em aumento as suas sobrancerias e provocações, decidiu Albuquerque, depois de consultado em conselho os seus capitães, em lançar o ataque à cidade, no dia seguinte, que era 24 de julho de 1511 (30). "E sabido pelos capitães dos Chi's como ho governador tinha assentado de peleiar, offereceranselhe toda sua gente pera ho ajudare' & ele lho agordeceo, & não quis dize' do que a vitoria estaua nas maõs de Deos: & que se por ventura ele não sayse coela, & eles ho ajudasse' poderião despois receber más obras dos inimigos tornando a Malaca, ou pelo mesmo geyto tomarião vingança em algũa gente sua que ainda andaua em terra: & també' não queria que fossem feridos em suas pessoas ou mortos algũs deles. Mas que lhes rogaua q' se possessem todos na galé que auia destar mais perto dôde os nossos auião de pelejar para vere' como pelejauão, & dessem disso nouas em sua terra & q' lhe emprestassem as barcas dos seus júgos pera a desembarcação dos nossos, porque os bateys da sua armada não abastauão: & eles ho fizerão assi" (31-32).

(29) *História do Descobrimento & Conquista da Índia pelos Portuguezes*, por Fernão Lopes de Castanheda, Coimbra, 1928, vol. II, pgs. 136 e 137. Ver também *Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, por Damião de Góis, Coimbra, 1954, parte III, pg. 76.

(30) "... posto q' contra parecer dos Chi's, que vendo quão pouca gente ha nossa era. & sabe' do quanto hauia na cidade, aconselhavão a Afonso dalburquerque q' ha não comettesse, mas q' á fome ha tomasse, porq' se nam mantinhão senão do que lhe vinha de fora, ho que lhes agardeceo..." (*Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, composta por Damião de Góis, Coimbra, 1954, parte III, pg. 78. Sobre a conquista de Malaca ver também Capítulos I a VI do Livro VI da II Década, na *Da Ásia* de João de Barros, Lisboa, 1777, vol. IV, pgs. 1 a 92.)

(31-32) *História do Descobrimento & Conquista da Índia pelos Portuguezes*, por Fernão Lopes de Castanheda, Coimbra, 1928, vol. II, pág. 139 — "... elles quomo caualleiros se offerçeram a Afonso dalbuq'erque, pera serem com elle naq'le feito, do que se excusou, dizendolhes que hos casos da guerra erão incertos, & que se nam ganhasse

O primeiro assalto à cidade não foi, porém, coroado de êxito, pois, embora o rei de Malaca fôsse derrotado e obrigado a fugir, os portugueses encontravam-se tão fatigados e privados de mantimentos, que Albuquerque entendeu, por prudência, dever recolher todos os combatentes a bordo dos barcos.

Como o assalto final à cidade se ia demorando, pois a cidade só viria a cair completamente nas mãos dos portugueses em 15 de agosto de 1511, os chineses solicitaram a Albuquerque permissão para regressarem ao seu país, pedindo, igualmente, que os proveesse de algum arroz, do qual não conseguiam reabastecer-se, por a cidade se encontrar em estado de sítio. Forneceu-lhes Afonso de Albuquerque mantimentos em abundância e os chineses dêle se despediram, muito satisfeitos, reiterando a promessa de que, uma vez expulsos os mouros e os malaio de Malaca, que tão profundamente detestavam, haveria de vir tantas riquezas da China que causariam espanto. Afonso de Albuquerque aproveitou, então, a oportunidade, para confiar a um dos patrões dos barcos chineses de nome Pulata, um emissário seu, chamado Duarte Fernandes, ao rei de Sião, país que os chineses lhe tinham asseverado ser de grande extensão e muito poderoso. Em julho de 1511⁽³³⁾, os chineses fizeram de vela, de regresso ao seu país, após estas manifestações recíprocas de amizade e bom entendimento, tão auspiciosamente encetadas.

Por esta sucessão de acontecimentos se verifica que foi Diogo Lopes de Sequeira quem estabeleceu o primeiro contacto com os chineses; a atração e a simpatia mútuas entre os primeiros representantes dos dois povos foram espontâneas; não consideraram os portugueses os chineses como um povo inferior, pois trataram-no, imediatamente, de igual para igual, sem qualquer preconceito de raça ("polos achar home's quasi do modo da gente da Europa")⁽³⁴⁾ ou de religião; travou-se imediata amizade e convivência recíprocas, entre chineses e portugueses, sem reservas nem de confianças ("foi muitas vêzes ahos seus juncos folgar, & comer com elle, & ho mesmo faziam tambem hos Chins, nas nossas naos, ho que durou até ho tempo que esteue naquelle porto")⁽³⁵⁾; e os chineses advertiram Diogo Lopes de Sequeira da cilada que o rei de Malaca estava a preparar-lhe.

Esta amizade foi renovada e reiterada, no ano seguinte, 1511, entre Afonso de Albuquerque e os capitães de cinco barcos chineses que se encontravam em Malaca. Os chineses preveniram também, desta vez, Albuquerque da hipocrisia do rei de Malaca; puseram-no ao fato dos pre-

ha cidade, que ficarião elles mal quistos delRei & dos da terra do que depois poderia recreer dão a todolos de sua naçam..." (*Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, composta por Damião de Góis, 1954, parte III, pg. 78).

(33) *Tratado dos Descobrimentos*, por Antônio Galvão, 3.^a edição, Pôrto, 1944, pg. 166.

(34) *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, composta por Damião de Góis, Coimbra, 1954, parte III, pg. 4.

(35) *Idem*.

parativos que êste estava fazendo para a guerra, dando completos informes sôbre o efetivo das fôrças malaias, seu armamento e principais pontos de defesa; aconselharam a fazer render a cidade pela fome em vez de a investir diretamente, por ser muito desigual a proporção das fôrças; e ofereceram-se para combater ao lado dos portugueses. Albuquerque não aceitou êste auxílio, pois não queria que, no caso de a sorte lhe ser adversa, os chineses viessem a sofrer as conseqüências dessa aliança, e livrou, entregando intactos aos chineses, dois juncos, que o rei de Malaca tinha apresado, para os empregar na luta contra os portugueses.

Não puderam, pois, deixar de ser mais auspiciosas as primeiras relações de amizade e de recíproco auxílio que se travaram entre portugueses e chineses, relações estas que foram perdurando e estreitando pelos séculos afora, constituindo para o mundo um edificante exemplo de boa compreensão, de mútuo respeito e de fraterna amizade com amplos benefícios para o progresso e bem-estar de ambos os povos.

Foi ainda Afonso de Albuquerque quem enviou, em 1612, para o reino, um chinês, certamente dos filhos do Celeste Império aquêle que teve a primazia de ver terras de Portugal⁽³⁶⁾, isto é, no caso de os dois jovens chineses oferecidos a Cabral, por um mouro, capitão de uma nau, incidente já atrás narrado, não terem conseguido sobreviver à longa e tormentosa viagem de regresso ao reino do glorioso descobridor do Brasil, e capitão-mor da segunda armada, por D. Manuel enviada à Índia.

FIRST CONTACTS BETWEEN THE PORTUGUESE AND CHINESE PEOPLES

After specifying the first information over China that reached Portugal the Writer deffends the viewpoint according to which it was Diogo Lopes de Sequeira who first established contacts between the Portuguese and Chinese during the attack to Malaca which he led in 1511. At that time Diogo Lopes de Sequeira treated the Chinese contingents he found in the country very kindly and this gave an opportunity to friendly demonstrations between the latter and the Portuguese.

"Thus — the writer states — the first friendship ties and mutual aid between the Portuguese and the Chinese could not be but the most auspicious; such ties lasted and increased along the centuries and became an edifying example of good understanding, mutual respect and brotherly friendship with great advantages to the development and welfare of both peoples."

(36) Existe na Tôrre do Tombo, sob *Cartas Missivas*, maço I, n.º 203, uma ordem escrita em Cochim, em 6 de abril de 1512, que diz "Ordem de Afonso de Albuquerque a Lourenço Moreno para dar a quantia de 1\$500 a um China que embarcava para Portugal ... pera suas necessydades e seu gasto," segundo informa J.M. Braga, no *China Landfall*, Macau, 1955, pg. 22.

LES PREMIERS CONTACTS ENTRE PORTUGAIS ET CHINOIS

Après avoir dénombré les premiers renseignements arrivés au Portugal sur la Chine, l'auteur défend le point de vue selon lequel c'est à Diogo Lopes de Sequeira qu'on doit l'établissement des premiers rapports entre Portugais et Chinois, pendant l'assaut à Malaca, commandé par lui en 1511. A ce moment là, Diogo Lopes de Sequeira donna un bon accueil à des groupes de Chinois qu'il rencontra dans le pays, ce qui donna lieu à des démonstrations d'amitié entre ceux-ci et les Portugais.

“Les premiers liens d'amitié et d'aide mutuelle entre les Portugais et les Chinois — écrit l'auteur — ne pourraient se présenter pourtant que sous les plus heureux auspices; ces relations ont duré et sont devenues plus intimes au cours des siècles, et ont constitué, à l'égard du monde, un édifiant exemple de bonne intelligence, de respect mutuel et d'amitié fraternelle, en apportant plusieurs avantages au progrès et au bien-être des deux peuples”.